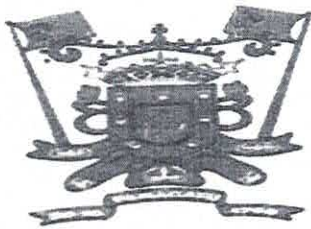


CÂMARA MUNICIPAL DE
PARACATU

Processo Seletivo Estagiários/DIREITO 2021

Endereço: Praça JK, 449 - Centro - Paracatu-MG Cep: 38600-000. Telefone: (38) 3672-3003 / 3671-3770. E-mail: ouvidoria@paracatu.mg.leg.br



CÂMARA MUNICIPAL DE
PARACATU

Instruções:

01. PREENCHA AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS NESTA CAPA E NA FOLHA DE RESPOSTAS.
02. QUANDO FOR PERMITIDO, ABRA ESTE CADERNO QUE POSSUI **30 QUESTÕES OBJETIVAS**. VERIFIQUE SE ESTÁ COMPLETO OU SE APRESENTA IMPERFEIÇÕES. CASO HAJA ALGUM PROBLEMA, INFORME AO FISCAL DA SALA.
03. LEIA CUIDADOSAMENTE TODAS AS QUESTÕES E MARQUE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA **PRETA**.
04. DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA NÃO É PERMITIDA A COMUNICAÇÃO ENTRE OS CANDIDATOS NEM TAMPOUCO, A CONSULTA DE LIVROS, CÓDIGOS, MANUAIS, IMPRESSOS OU COMENTÁRIOS DE QUALQUER NATUREZA; COMO TAMBÉM A UTILIZAÇÃO DE TELEFONES CELULARES OU DE QUALQUER OUTRO MEIO DE COMUNICAÇÃO.
05. A DURAÇÃO DA PROVA É DE **02 HORAS E 30 MINUTOS**, JÁ INCLUSO O TEMPO DE PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS.
06. A OCORRÊNCIA DE **RASURAS** OU **MARCAÇÃO** DE MAIS DE UMA ALTERNATIVA NA FOLHA DE RESPOSTAS, IMPLICARÁ NA ANULAÇÃO DA QUESTÃO.

Nome do candidato: _____

Data: ___/___/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE
PARACATU

Folha de respostas

Nome do candidato: _____

Curso: _____ () Com Pós-Graduação () Sem Pós-Graduação

QUESTÕES	A	B	C	D	E
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					
7.					
8.					
9.					
10.					
11.					
12.					
13.					
14.					
15.					
16.					
17.					
18.					
19.					
20.					
21.					
22.					
23.					
24.					
25.					
26.					
27.					
28.					
29.					
30.					

Regimento Interno

1. Uma sessão legislativa é o período de tempo em que uma legislatura, nos sistemas parlamentar e presidencial, é convocada para fins legislativos, geralmente sendo uma das duas ou mais divisões menores do tempo dentro do parlamento.

Sobre as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias, marque a opção correta:

- a) ordinária, a que, independentemente de convocação, se realiza nos dois períodos de funcionamento da Câmara Municipal em cada ano, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro; ou II - extraordinária, a que se realiza em período diverso dos fixados no inciso anterior.
 - b) ordinária, a que, independentemente de convocação, se realiza nos dois períodos de funcionamento da Câmara Municipal em cada ano, de 3 de fevereiro a 20 de julho e de 3 de agosto a 10 de dezembro; ou II - extraordinária, a que se realiza em período diverso dos fixados no inciso anterior.
 - c) ordinária, a que, mediante de convocação, se realiza nos dois períodos de funcionamento da Câmara Municipal em cada ano, de 1º de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 30 de dezembro; ou II - extraordinária, a que se realiza em período diverso dos fixados no inciso anterior.
 - d) extraordinária, a que, independentemente de convocação, se realiza nos dois períodos de funcionamento da Câmara Municipal em cada ano, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro; ou II - ordinária, a que se realiza em período diverso dos fixados no inciso anterior.
 - e) ordinária e extraordinária se realizam nos dois períodos de funcionamento da Câmara Municipal em cada ano, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
2. A Legislatura tem duração de quatro anos e coincide com a duração do mandato dos vereadores. Uma legislatura divide-se em quatro sessões legislativas ordinárias, que constituem o calendário anual de trabalho da Câmara Municipal. Nas sessões legislativas acontecem as reuniões. Sobre as reuniões marque a opção correta:
- a) preparatórias, as que precedem a instalação de cada sessão legislativa.
 - b) ordinárias, as que se realizam uma vez por semana, às quartas-feiras, durante qualquer sessão legislativa, com a duração de três horas e trinta minutos, iniciando-se às 16h (dezesesseis horas);
 - c) especiais, as que se realizam em data diversa da fixada para as ordinárias;
 - d) extraordinárias, as que se destinam à eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal para o segundo, terceiro e quarto anuênios, à exposição de assuntos de relevante interesse público, limitadas a doze por sessão legislativa ordinária;
 - e) solenes, as de instalação e encerramento da sessão legislativa ordinária e as que se realizam para comemorações ou homenagens.

7. As Comissões Temporárias são criadas exclusivamente para apreciar determinado assunto e se extinguem ao término da legislatura, ou antes dele, quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado seu prazo de duração. Dentre elas temos as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Sobre a CPI marque a alternativa correta:

a) Câmara Municipal, a requerimento de 1/2 (metade) de seus membros, criará comissão parlamentar de inquérito para apuração de fato, no prazo de até cento e vinte dias improrrogáveis, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

b) Para instalação da CPI não é necessária a investigação de um fato determinado, mas sim um fato amplo, sem necessidade de especificação, assim entendido como o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica e social do município, que demande investigação, elucidação e fiscalização e esteja devidamente caracterizado e fundamentado no requerimento que deu origem à comissão.

c) A comissão parlamentar de inquérito poderá, no exercício de suas atribuições, determinar diligências, convocar secretário municipal, tomar depoimento de autoridade, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar informações, documentos e serviços, inclusive policiais, e transportar-se aos lugares onde se fizer necessária a sua presença.

d) Indiciados e testemunhas poderão ser intimados na forma da legislação estadual, que se aplica, subsidiariamente, a todo o procedimento.

e) O presidente não pode deixar de receber o requerimento que não atenda aos requisitos regimentais, cabendo dessa decisão recurso ao Plenário, no prazo de cinco dias, ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

8. Proposição é o instrumento regimental de formalização de matéria sujeita à apreciação da Câmara Municipal. São proposições do processo legislativo, de acordo com art. 156, do Regimento Interno:

a) São proposições do processo legislativo: proposta de emenda à Lei Orgânica; projeto de lei complementar; projeto de lei ordinária; Projeto de lei delegada; Projeto de resolução; Projeto de decreto legislativo e o veto à proposição de lei.

b) São proposições do processo legislativo: proposta de emenda à Lei Orgânica; Projeto de lei complementar; Projeto de lei ordinária; Projeto de decreto-lei; Projeto de resolução; Projeto de decreto legislativo; e o veto à proposição de lei.

c) São proposições do processo legislativo: proposta de emenda à Lei Orgânica; Projeto de lei complementar; Projeto de lei ordinária; Decretos; Instruções Normativas, Projetos de Resolução; ou de Decreto Legislativo.

d) São proposições do processo legislativo: proposta de emenda à Lei Orgânica; Projeto de Lei Complementar; Projeto de Lei Ordinária; Decretos, Portarias, instruções normativas.

e) São proposições do processo legislativo: proposta de emenda à Lei Orgânica; Projeto de Lei Complementar; Projeto de lei ordinária; Projeto de Lei Delegada; Requerimentos, Recursos, Portarias, Decretos, Projeto de Decreto-Lei.

Direito

09. Conforme diretriz do preâmbulo da Constituição Federal, em seu artigo. 1º "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político."

A Administração Pública, goza de poderes especiais para realizar suas atividades. Desses poderes se utiliza para efetivar sua atuação.

Analise as assertivas abaixo e marque a correta

- a) O Poder Vinculado, é determinado pela Lei, obrigando o administrador e se pautar exclusivamente no que está legalmente determinado.
- b) O Poder Discricionário impede o administrador de estabelecer oportunidade e conveniência para a prática dos atos.
- c) O Poder Hierárquico, deriva das esferas de poder governamental, ou seja, a União é superior ao estado e o Município subordinado a ela.
- d) O Poder Moderador, tem o condão de regular as condutas dos agentes públicos.
- e) O Poder Regulamentar, exclusivo do chefe do Legislativo, para sancionar leis.

10. É cediço que a prestação dos serviços públicos é feita por Agentes Públicos, os quais, em sendo trabalhadores, fazem jus ao devido pagamento por sua prestação de serviços. É cediço que há diferença nas formas de remuneração dos Agentes Públicos, incidindo o Salário, o Vencimento e o Subsídio, no âmbito da Administração Pública.

Analise as assertivas abaixo, a respeito da remuneração dos agentes públicos, e marque a Correta.

- a) Os Servidores Públicos (*strictu Senso*) subordinam-se às normas do artigo 37 da Constituição Federal, por isso recebem subsídio.
- b) Cada esfera de governo tem autonomia para regulamentar o sistema remuneratório, podendo instituir remuneração para os agentes políticos.
- c) Os empregados públicos se submetem ao regime jurídico único, e recebem vencimentos.
- d) Os agentes políticos são exclusivamente remunerados com subsídio mensal, com valor fixo.
- e) Todo serviço público é federal, por ser criado pela Constituição Federal, logo, os servidores públicos estaduais e municipais, empregados e agentes políticos recebem salário.

11. "Serviço público é todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniências do Estado". (Hely Lopes Meireles).

O Estado presta serviços à coletividade como um todo. É cediço que alguns desses serviços são onerosos (tarifados) e outros são gratuitos.

Nesse viés, analise as assertivas abaixo, a respeito do serviço público, e marque a Correta.

- a) () Serviços Próprios do Estado, são os que se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público (segurança, polícia, saúde pública, etc).
- b) () Serviços Públicos, propriamente ditos, são os que a Estado presta diretamente à comunidade, sob regime de tarifação.
- c) () Serviços Públicos Privativos não se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público e para a execução, a Administração usa do regime de delegação.
- d) () Serviços Administrativos atendem as necessidades pessoais dos Chefes do Executivo.
- e) () Serviços Públicos Gerais (ou "uti universi") são prestados a usuários determinados, para atender suas necessidades básicas, como vestuário, saúde e alimentação.

12. É cediço que o Chamado terceiro setor é composto por particulares, portanto pessoas jurídicas de direito privado, que não integram a estrutura da Administração Pública, mas que com ela mantêm, por razões diversas e por meio de formas diferenciadas, parcerias com o intuito de preservar o interesse público.

Com base nas diretrizes das entidades do terceiro setor, analise as assertivas abaixo e marque a correta:

- a) () Os serviços sociais autônomos: são todos aqueles instituídos por lei com personalidade jurídica de direito privado para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, com finalidade lucrativa.
- b) () Organizações Sociais (OS): são definidas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, criadas pelo Estado, para desempenhar serviços sociais exclusivos do Estado, tais como: ensino, pesquisa científica, proteção ao meio ambiente, incentivo à cultura, programas de saúde
- c) () Tanto as organizações sociais quanto os serviços sociais autônomos surgem como entidades "paraestatais" (significa ao lado do Estado), que não integram a estrutura da Administração Pública, mantendo, entretanto, parcerias por razões diferenciadas.
- d) () Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP): é uma organização da sociedade civil que, em parceria com o poder público, explora atividade econômica.
- e) () OSCIP é um título fornecido pelo Presidente do Brasil, cuja finalidade é incorporar entidades ao Estado e que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda.

13. Acordes com o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Temos diretrizes gerais a serem observadas no Processo Licitatório.

É cediço, conforme disposto no artigo 3º da Lei 8.666/1993, que a Administração terá que observar Princípios inerentes à Licitação.

Com relação aos Princípios da Licitação, analise as assertivas abaixo e marque a CORRETA.

- a) () A Legalidade, informa que os atos e julgamentos devem observar, exclusivamente, as diretrizes expressas no instrumento convocatório.
- b) () A Moralidade, significa que os procedimentos no processo licitatório devem ser determinados pela administração, pois não há Lei que os preveja.
- c) () A Isonomia, significa que há discricionariedade da Comissão de Licitação escolher a proposta da empresa que ofereça mais benefícios a seus membros.
- d) () A adjudicação compulsória, informa que a proposta declarada como vencedora terá direito a contratar com a administração pública, salvo quando, o administrador desistir da contratação.
- e) () A economicidade deve ser rejeitada pelo Poder Público, nos Processos Licitatórios, vez que pode ocasionar a contratação de produtos de má qualidade.

14. Acordes com o artigo 175 da Constituição Federal, incumbe ao Poder Público a prestação dos Serviços Públicos, direta ou indiretamente.

Analisar as assertivas abaixo e marque a correta

- a) () O serviço prestado por autarquia é prestação indireta, por concessão.
- b) () A concessão de serviço, precedida da realização de obra pública ocorre quando a administração realiza a obra e concede a exploração do serviço.
- c) () É princípio inerente ao serviço público a modicidade tarifária.
- d) () As contratações por tempo determinado para atender à necessidade permanente de excepcional interesse público, é concessão de serviço.
- e) () A concessão Pública é prerrogativa das autarquias.

15. A Administração Pública indireta é composta por prestadoras de serviços públicos e exploradoras de Atividade econômica.

Podemos dizer que prestam serviços públicos, exceto:

- a) () Autarquias.
- b) () Fundações públicas.
- c) () Empresas públicas.
- d) () Agências reguladoras.
- e) () Empresas com Concessão pública

19. Acordes com a doutrina de Celso Antonio Bandeira de Mello, o Processo Administrativo visa resguardar o Administrado e garantir a clarividência da atividade administrativa.

Com base nisso, acerca do Processo Administrativo, analise as alternativas abaixo e marque a correta.

- a) A Administração pauta sua gestão em resolução de controvérsias administrativas, as quais são lides resolvidas pela administração, na função jurisdicional.
- b) A Razoabilidade é um princípio que pode ser aplicado ao Processo Administrativo.
- c) O processo administrativo envolve 03 partes, quais sejam, a administração, o interessado e o juiz administrativo.
- d) Em sede de Processo Administrativo, não há obrigação de motivação das decisões.
- e) A Teoria dos motivos discricionários é utilizada em todos os processos administrativos, para embasar as decisões administrativas.

20. A LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992, dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Com base nisso, acerca da Improbidade, analise as alternativas abaixo e marque a correta.

- a) Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- b) Os Atos de Improbidade, são crimes, com persecução penal, na Justiça Federal.
- c) As ações de improbidade são Processos Administrativos, julgados pelo Juiz Administrativo.
- d) Consideram-se agente privado o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função.
- e) O enriquecimento ilícito não é causa para a Ação de Improbidade.

Administração, Princípios e Processos

A sempre quista legalidade, visando uma finalidade...

Exige motivação, dentro da razoabilidade...

Busca a justeza na proporcionalidade...

Jamais se esquecendo da moralidade...

A Constituição garante a ampla defesa...

O contraditório e segurança jurídica...

O interesse público nos dá a certeza...

Que a eficiência afasta a decisão "política".

Princípios existem pra serem cumpridos...

Na Oficialidade ou na Provocação...

A fim de a verdade material alcançar...

Os Processos devem ser sempre decididos...

Com base nos motivos da Instauração...

Após a Instrução, a fim de não se anular...

Nilo Filho

21. Com base nisso, acerca dos Princípios que norteiam o Processo Administrativo, analise as assertivas abaixo e marque a correta.

- a) () A Legalidade, é o princípio genérico de direito material, não aplicável aos processos.
- b) () A finalidade pública implica dizer que todas as decisões administrativas são de cunho discricionário.
- c) () A motivação é indispensável nos processos administrativos disciplinares.
- d) () A Proporcionalidade é fator objetivo, inerente à discricionariedade para atender ao interesse particular.

A moralidade implica na observância estrita da Lei, no Processo Administrativo.

Lei Orgânica do Município

22. São condições para elegibilidade para o mandato de Vereador, exceto:

- a) Pleno exercício dos direitos políticos
- b) Idade mínima de 35 anos
- c) Filiação partidária
- d) Ser alfabetizado
- e) Domicílio eleitoral na circunscrição

23. A mesa diretora da Câmara Municipal compõe-se de:

- a) 1º Presidente e 2º Presidente
- b) Secretário Geral e Presidente
- c) Presidente, Vice Presidente e Secretário
- d) Secretário Geral e Secretário de Administração
- e) Prefeito e Secretários Municipais

27. A seguir, assinale o item retirado do texto que é um ADJETIVO, considerando seu uso no texto:

- a) livro (l. 3)
- b) profundidade (l. 4)
- c) comum (l. 4)
- d) pessoas (l. 7)
- e) casos (l. 7)

28. (UFVJM) 25 de junho. Fiz o café e vesti eles para ir na escola. Puis feijão no fogo. Vestia a Vera e saímos. O João estava brincando. Quando me viu correu. E o José Carlos assustou-se quando ouviu a minha voz. Vi uma pirua do Governo do Estado. Serviço de Saúde que vinha recolher as fezes. O jornal disse que há 160 casos positivos aqui na favela. Será que eles vão dar remédios? A maioria dos favelados não há de poder comprar. Eu não fiz o exame. Fui catar papel. (...) Ganhei só 25 cruzeiros. É que agora tem um homem que cata na minha zona. Mas eu não brigo por isso. Porque daqui uns dias ele desiste. O homem já está dizendo que o que ele ganha não dá nem para a pinga. Que é melhor pedir esmola.

Fonte: JESUS, Carolina Maria. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2012.

O uso de formas linguísticas características da variante não padrão da língua portuguesa nesse texto, justifica-se:

- a) pelas características composicionais do gênero textual.
- b) pelo objetivo do autor em demonstrar sua condição de vida.
- c) pela relação entre gênero textual e o papel social do seu produtor.
- d) pela relação entre a informalidade da situação comunicativa e a intertextualidade.
- e) nenhuma das alternativas.

29. (UFVJM) Leia o trecho a seguir:

A partir da sua condição social de mulher, negra, favelada, catadora de lixo e mãe solteira, Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de despejo*, compôs um angustiante retrato do Brasil em meados do século XX. Para isso, utilizou de figuras de linguagem como metáforas, metonímias, comparações, analogias e ironias, que, somadas à sua coloquialidade, consolidaram uma das manifestações mais representativas do lirismo presente na fala do povo brasileiro.

Entre as citações abaixo, retiradas de *Quarto de despejo*, ASSINALE aquela que NÃO apresenta linguagem figurada.

- a) "O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora".
- b) "Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, dor, e a aflição do pobre. [...] Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido".
- c) "Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a História do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensores da pátria".
- d) "Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludo, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo".

e) Nenhuma das alternativas.

30. (FATEC) 13 de maio hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. ... Nas prisões os negros eram os bodes expiatórios. [...] Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair. ... Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada: – Viva a mamãe! A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o habito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura a Dona Ida. Ela não tinha. Mandei-lhe um bilhete assim: – “Dona Ida peço-te se pode me arranjar um pouco de gordura, para eu fazer uma sopa para os meninos. Hoje choveu e eu não pude ir catar papel. Agradeço. Carolina.” ... Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome! 29 de maio [...] ... Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira! Mas, as misérias são reais. MARIA DE JESUS, Carolina. Quarto de Despejo: Diário de uma favelada. São Paulo: Editora Ática, 2017. Adaptado.

O texto foi retirado do livro Quarto de Despejo, diário escrito por Carolina Maria de Jesus, moradora da favela do Canindé, em São Paulo, na década de 1950. A edição reproduz fielmente os manuscritos originais. Analisando a linguagem apresentada no trecho, conclui-se corretamente que

- a) a autora não apresenta reflexão crítica sobre suas experiências por desconhecer a variedade culta do português.
- b) o fato de a autora não utilizar a variedade culta se deve ao gênero do texto, uma vez que diários não são escritos visando à publicação.
- c) os problemas de ortografia, como em “expiatório”, e de concordância, como em “quando eles vê”, ocorrem por predominar no texto o sentido denotativo.
- d) o texto é predominantemente cornotativo, o que se nota por expressões como “hoje amanheceu chovendo” e “a chuva passou”.
- e) o texto aborda, de forma crítica e empregando linguagem informal, temas relevantes à sociedade, como fome e pobreza.



CÂMARA MUNICIPAL DE
PARACATU

Folha de respostas

Curso: DIREITO () Com Pós-Graduação () Sem Pós-Graduação

QUESTÕES	A	B	C	D	E
1.	X				
2.					X
3.	X				
4.			X		
5.				X	
6.			X		
7.			X		
8.	X				
9.	X				
10.				X	
11.	X				
12.			X		
13.				X	
14.			X		
15.			X		
16.		X			
17.			X		
18.		X			
19.		X			
20.	X				
21.			X		
22.		X			
23.			X		
24.				X	
25.	X				
26.					X
27.			X		
28.			X		
29.			X		
30.					X